

A tríade semiótica

The semiotic triad

 Linduarte Pereira Rodrigues

Resumo: O texto discorre sobre a epistemologia semiótica, a partir da apresentação das categorias fenomenológicas que compõem o plano metodológico da teoria semiótica tripartite. Traça uma linha demonstrativa do percurso histórico feito pela ciência Semiótica, no tocante à tripartição do signo, iniciada nas reflexões platônicas sobre a linguagem na Antiguidade Clássica e retomada no século passado por Charles Sanders Peirce.

Palavras-chave: Tríade semiótica. Signo. Linguagem.

Abstract: The text discusses semiotic epistemology, based on the presentation of the phenomenological categories that make up the methodological plan of the tripartite semiotic theory. It traces a demonstrative line of the historical course made by Semiotic science, regarding the tripartition of the sign, initiated in the Platonic reflections on language in Classical Antiquity and resumed in the last century by Charles Sanders Peirce.

Keywords: Triad semiotics. Sign. Language.

Linduarte Pereira Rodrigues. Doutor em Linguística e Professor Departamento de Letras e Artes, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba. Líder do Grupo de pesquisa: Teorias do sentido: discursos e significações (TEOSSENO-CNPq/UEPB). E-mail: linduartepr@gmail.com

In nomine patris et filii et spiritui sancti: uma introdução

Em todos os setores da cultura humana e nos meios naturais, as trindades ou tríades são utilizadas como suportes classificatórios e categoriais. Esse uso antecede em milênios a obra do estudioso mais inventivo desse fenômeno, o semioticista norte-americano Charles Sanders Peirce. Essa tradição vem da Antiguidade Clássica. Platão, por exemplo, nas suas reflexões sobre a linguagem, já estudava as relações sógnicas, e o signo em particular, buscando, no âmbito de uma Filosofia da Linguagem, dividir o signo em três partes: *onoma* (o nome), *eidos* ou *logos* (a noção, ideia) e *pragma* (a coisa referente).

Exemplo de uma teoria fenomenológica, a tripartição do sistema semiótico se dá em razão da verificação de uma regular representação de três signos em um mesmo componente. Lopes (1977) nos lembra que esse fenômeno é chamado de “praxiologia”. O homem e a religião são exemplos desse fenômeno. A ciência dividiu o homem em cabeça, tronco e membros; e o catolicismo dividiu Deus em Pai, Filho e Espírito Santo.

A religião é um bom exemplo para que possamos demonstrar como se dá essa divisão triádica de mundo. Verdadeiro tabu para as pesquisas científicas, as religiões, tanto politeístas (Egípcios, Persas, Gregos...) quanto monoteístas (Judeus, Cristãos, Islãs...) sempre tiveram em comum o aparecimento desse fenômeno. No cristianismo, a representação do Deus Todo Poderoso dá-se através da soma de três signos, com sentidos independentes: o Pai,

criador do céu e da terra; o Filho, braço direito do seu pai na composição e criação do universo; e um poder chamado de Espírito Santo, que emana do Pai e que é responsável pela criação do seu Filho, do universo e do homem, respectivamente. Da soma desses três signos, de sentidos diferentes (Pai, Filho e Espírito Santo), tem-se a composição de um outro signo (a “Santíssima Trindade”) que comporta, dentro de sua significação, a união dos sentidos desses três valores doutrinários.

Entretanto, há uma divisão dentro das religiões de origem cristã sobre a ideia de Santíssima Trindade. Para alguns cristãos (grande maioria composta por protestantes) não faz sentido algum a aglutinação objetivadora da composição de Deus. No raciocínio desses cristãos, Deus é “onipotente e onisciente” e não se justifica a necessidade de somar a Ele um poder que já é seu, a saber, o Espírito Santo, e o Filho que por ele foi criado. Esses cristãos acreditam que essa divisão triádica resultaria num estado de adoração politeísta; o que avaliam como sendo um retrocesso, um retorno ao politeísmo.

Todavia, há uma explicação para esse tipo de fenômeno. Ele se dá porque toda teoria procura reduzir, em maior ou menor grau, a multiplicidade e a complexidade universal em um todo ordenado possuidor de sentido. Peirce, assim como Platão, acreditava numa composição sîgnica que ia além do significante e do significado, da teoria dualística saussuriana, porque o signo acarretava um interpretante. Para Pierce, a realidade é entendida de forma pansemiótica, isto é, tudo semioticamente analisável e classificá-

vel, fenomenologicamente, segundo três categorias: primeiridade, segundidade e terceiridade.

Buscando ampliar esse entendimento, esperamos que este trabalho demonstre, minimamente, como se dá a visão triádica de linguagem numa construção epistemológica da ciência Semiótica moderna, a partir da compreensão das categorias que compõem o plano da teoria peirceana. Iniciaremos nossa reflexão com um histórico demonstrativo do percurso percorrido pela ciência Semiótica no tocante à tripartição do signo.

Breve história dos estudos triádicos

A Semiótica apoia-se num esquema triádico. Como pontuamos na introdução, isso ocorre em todos os setores da vida humana, nos meios naturais, e não seria diferente na Ciência, porque essas tríades são suportes classificatórios e categorizadores. Segundo Nöth (1995), Platão (427-347 a.C.) contribuiu com ideias críticas no construto de uma teoria chamada de escritura. Ele também conceituou signo com a ideia de significação. O modelo platônico do signo tem uma estrutura triádica, na qual é possível distinguir os três componentes do signo: o nome (*ónoma, nómos*); a noção ou ideia (*eîdos, lógos dianóema*); a coisa (*prágma, ousía*) à qual o signo se refere.

No diálogo Crátilo, explica Nöth (1995), Platão investigou a relação entre os nomes, as ideias e as coisas. Uma das questões levantadas foi se a relação entre nome, ideia e coisa é natural ou depende das convenções sociais, sendo, portanto, arbitrária. As respostas obtidas foram:

1. signos verbais, naturais, assim como convencionais são apenas representações incompletas da verdadeira natureza das coisas;
2. o estudo das palavras não revela nada sobre a verdadeira natureza das coisas porque a esfera das idéias é independente das representações na forma de palavras; e
3. cognições concebidas por meio de signos são apreensões indiretas e, por este motivo, inferiores às cognições diretas (NÖTH, 1995, p. 28).

Nessa tradição, o signo (*semeïon*) continuou para os gregos a ser uma percepção que indica qualquer coisa escondida (*ádelos*) da cognição. Por isso, Platão usou o verbo significar (*semaínein*) como sinônimo de “revelar” (*delóun*).

Aristóteles (384-322 a.C.), por sua vez, descreveu signo como uma premissa que conduz a uma conclusão. Segundo Nöth (1995, p. 29), Aristóteles chamou o signo linguístico de Símbolo (*symbolon*), definindo-o como um signo convencional das afecções (*patthémata*) da alma. Ele descreve essas afecções como retratos das coisas (*Prágmata*), sendo, dessa forma, o modelo do signo aristotélico, portanto, triádico.

Outro modelo triádico é também a base da teoria dos signos dos estoicos (300 a.C. - 200 d.C.). Como bem explica Nöth (1995, p. 29-30), para os estoicos, o signo consiste em três componentes básicos:

1. *semaínon*, que é o significante, a entidade percebida como signo;
2. *semainómenon*, ou *lékton* que corresponde à significação ou significado; e
3. *tygchánon*, o evento ou o objeto ao qual o signo se refere.

Enquanto significante e objeto são entidades materiais, o significado é uma entidade ideal, não-corporal. Os estoicos consideravam que a cognição não é um processo inteiramente mecânico. O reconhecimento de um signo presumia a capacidade de antecipação por parte do receptor. Mas essa antecipação só é possível se na mente do receptor já existem previamente imagens mentais ou conceitos capazes de antecipar a imagem. Essa ideia foi muito importante para os conceitos de inconsciente pessoal e coletivo da psicologia analítica de Jung (2000).

No iluminismo, os temas de maior relevo semiótico são a poesia, o mito, a metáfora, a língua e a evolução dos signos da humanidade. Um grande nome deste período de claridade foi Vico (1668-1774). Ele acreditava em uma “história ideal e eterna”, na qual a humanidade teria passado por três fases de desenvolvimento: era divina; era heroica; e era humana. Essas três fases ocorrem em ciclos que podem resultar em fases de retrocesso a estágios anteriores do desenvolvimento.

Nöth (1995, p. 47) explica que, para esse semioticista iluminista, na **era divina**, os homens acreditavam que tudo fosse Deus ou criado por um deus. Seria, pois, a época da semiose ritual, marcada por “atos religiosos mudos ou cerimônias divinas”. Durante a **era heroica**, o modo dominante de comunicação deu-se

por meio de emblemas visuais, brasões, insígnias e outros signos de posse material. Ideias abstratas foram expressas na forma antropomórfica de heróis míticos. A terceira era - a **era humana** ou **era dos homens** - foi também a idade da razão e da civilização. Os signos, agora arbitrários, literais e abstratos, fazem com que entrem em declínio a poesia e a imaginação.

Nos moldes dessa tríade criada por Vico, e com o intuito de organizar as fases do pensamento das civilizações humanas, as duas primeiras eras se colocaram como sendo os períodos de sabedoria poética, e as pessoas que viviam sob a influência desta época eram consideradas portadoras de um pensamento poético de mundo. Para Vico, portanto, poesia, metáfora e mito são três formas arcaicas de pensamento. Ele acreditava que só na era dos homens, momento que coincide com o atual sistema de coisas, é que se poderia falar em razão, propriamente dita, isto é, pensamento humano. A ciência seria moldada a partir dos fundamentos deste terceiro pensamento da tríade semiótica de Vico. Entretanto, Vico acreditava que as duas fases que antecedem esta última foram preparatórias e relevantes para a era humana e que, por isso mesmo, não poderiam deixar de figurar como categorias inerentes organizadoras das fases do pensamento.

Ainda na Idade das Luzes, os filósofos franceses desenvolveram uma outra forma de empirismo conhecido pelo nome de sensualismo. A Semiótica dessa época foi a tentativa de interpretação genética do processo da semiose. O nome de referência desse momento é o do sensualista Condillac (1715 - 1780), autor de *Essai sur L'origine*, obra que descreve a semiose como

um processo genérico que começa em níveis primitivos e chega até níveis mais complexos. O mais primitivo deles, o ponto de partida para o conhecimento, é a sensação, a experiência sensual imediata. Os níveis seguintes, pela ordem, são percepção, consciência, atenção, reminiscência, imaginação, interpretação, memória e reflexão.

Nöth (1995, p. 48-49) destaca em Condillac três categorias de signos:

- a) signos causais, que estabelecem conexões entre objetos e algumas de nossas idéias por meio de circunstâncias particulares;
- b) signos naturais, signos que a natureza estabeleceu para expressarmos sentimentos como o medo, a alegria, a dor etc.; e
- c) signos por instituição, aqueles que escolhemos e que só têm uma relação arbitrária com as nossas idéias.

O autor explica que Condillac compreendia que na constituição da cognição, “considerando a escala que vai das sensações às reflexões”, o signo surge apenas ao nível da lembrança. “É apenas nesse estágio que começam a surgir os signos casuais (ou acidentais) e naturais”. Para o semioticista, antes da lembrança, a cognição se processa pré-semioticamente. Essa categorização “é uma das primeiras tentativas de se estabelecer, na história da semiótica, o limiar dos signos, como reconhecerá U. Eco, mais tarde, no âmbito das pesquisas de uma semiótica genética” (NÖTH, 1995, p. 49).

A visão pansemiótica de Peirce

O pensamento filosófico de Peirce procura entender a realidade de forma pansemiótica. Isto é, tudo como sendo semioticamente analisável e classificável, fenomenologicamente, segundo as três categorias que demonstramos no tópico anterior: **primeiridade**, ou categoria do desprevenido, da primeira impressão ou sentimento (*feeling*) que recebemos das coisas; **secundidade**, ou categoria do relacionamento direto, do embate (*struggle*) de um fenômeno de primeiridade com outro, englobando a experiência analogística; e **terceiridade**, ou categoria de inter-relação de triplo termo, interconexão de dois fenômenos em direção a uma síntese, lei, regularidade, convenção, continuidade, entre outros. Prates (2002) explica que isso se dá da seguinte maneira: as qualidades puras, as que são imediatamente sentidas, são típicas da primeiridade; aquelas relações diádicas, analítico-comparativas, são exemplos de secundidade; já as palavras, por remeterem algo para alguém, são fenômenos de terceiridade.

Como grande admirador dos estudos semióticos, Peirce dá à Semiótica um lugar de destaque dentre as ciências. Isso é perceptível neste fragmento de uma de suas cartas, dirigida a Lady Welby, na qual se verifica essa atenção especial ao estudo dos signos.

Gostaria de lhe escrever a respeito dos signos que, para si como para mim, têm tão grande importância. Mais para mim do que para si, julgo eu. É que, penso eu, o mais elevado grau de realidade só é alcançado pelos signos, isto é, por idéias tais como a Ver-

dade e o Direito e outras. Isto parece paradoxal; mas quando lhe expressar inteiramente a minha teoria dos signos, parecer-lhe-á menos (RODRIGUES, 1992, p. 85).

Em 1897, Peirce (1977) definiu a Semiótica como a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos. Segundo Jakobson (2001, p. 99-100), tão grande e inventivo foi o estudioso que universidade alguma de sua época lhe encontrou um cargo à altura. Um exemplo foi sua primeira tentativa de classificação dos signos, notável pela perspicácia sobre uma nova lista de categorias. Essa publicação apareceu nas atas da *Academia Norte-Americana das Artes e das Ciências*, de 1867. O autor enfatiza que quarenta anos mais tarde, no resumo do trabalho de uma vida inteira sobre a natureza dos signos, Peirce se expressou:

Sou, tanto quanto sei, um pioneiro, ou antes, um desbravador, na empresa de limpar o terreno e traçar o caminho daquilo a que eu chamo semiótica, isto é, a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da *semiosis* possível; penso que o domínio é vasto demais e a tarefa imensa para um iniciador (JAKOBSON, 2001, p. 99-100).

Jakobson (2001) reforça que Peirce tinha a consciência aguda do caráter inadequado das premissas teóricas gerais sobre as quais se fundamentavam as pesquisas de seus contemporâneos. Em 1903, Peirce enfatizou que se não tivéssemos deixado cair no esquecimento a velha doutrina dos signos, o século XX poderia ter disponibilizado ciências de grande importância como foi a

Linguística. Ciências que já estariam notavelmente mais avançadas do que se pode esperar hoje.

Como percebido, Peirce vivenciava intensamente a Semiótica. Rodrigues (1992, p. 89) nos faz compreender o tamanho de seu sentimento, como empreendedor desta doutrina dos estudos sógnicos, noutro fragmento de carta direcionada à Lady Welby:

Desde o dia em que, com doze ou treze anos, apanhei no quarto do meu irmão um exemplar da Lógica de Whately nunca mais fui capaz de estudar o que quer que fosse - matemática, moral, metafísica, gravitação, termodinâmica, fonética, economia, história das ciências, homens e mulheres, vinho, metrologia - senão como estudo de semiótica.

Pignatari (1974, p. 25) observa a universalidade que o signo, no sentido peirceano, pode alcançar e enfatiza que, para o semiótico, “todo pensamento é um signo e o próprio homem é o pensamento, ou em outras palavras, é o próprio signo”.

Categories universais da tríade semiótica de Peirce

Filósofos desde Aristóteles têm perseguido o projeto ambicioso de encontrar um número limitado de categorias que servisse de modelo, capaz de conter a multiplicidade dos fenômenos do mundo. Espaço e tempo, por exemplo, são tipos de fenômenos que foram considerados como categorias por serem irreduzíveis a outros fenômenos na nossa experiência. Nöth (1995, p. 63) explica que, frente a tal empreendimento, Aristóteles conseguiu

classificar dez categorias, Kant elaborou 12, todas com base no sistema filosófico de pensamento acerca da linguagem humana.

Saussure (1971), no *Curso de Lingüística Geral*, foi mais econômico e simplificou numa díade sua ideia de signo linguístico. Santana (2001) esclarece que enquanto Saussure aborda a problemática do signo, abolindo por completo o referente, bastando apenas a dicotomia significante/significado, Peirce considerava o signo, em sua teoria Semiótica, como uma tricotomia: a palavra é um significante; a sua designação, o significado; e a coisa em si, o referente. Já Peirce, explica Nöth (1995, p. 63), numa redução radical das listas categóricas do passado que buscavam organizar a relação linguagem e pensamento, desenvolveu uma fenomenologia de apenas três categorias universais que chamou de *firstness*, *secondness* e *thirdness*. Em português: primeiridade, secundidade e terceiridade.

Primeiridade é a primeira sensação/sentimento das coisas, o primeiro contato, ainda sem qualquer relação com os fenômenos do mundo. “É o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a outra coisa qualquer. É a categoria do sentimento sem reflexão, da mera possibilidade, da liberdade, do imediato, da qualidade ainda não distinguida e da independência” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 63). **Secundidade** se inicia do contato/relação entre um primeiro fenômeno e outro. “É a categoria da comparação, da ação, do fato, da realidade e da experiência no tempo e no espaço. Ela nos aparece em fatos tais como o outro, a relação, compulsão, efeito, dependência, independência, negação, ocorrência, realidade, resultado” (PEIRCE *apud* NÖTH

1995, p. 64). **Terceiridade** relaciona o segundo fenômeno com um terceiro. “É a categoria da mediação, do hábito, da memória, da continuidade, da síntese, da comunicação, da representação, da semiose e dos signos (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 64)”.

Temos, assim, uma base sígnica resultante da relação triádica entre um fenômeno de primeiridade, outro de secundidade e um último de terceiridade.

Signo, semiose e semiótica: outras categorias da tríade semiótica de Peirce

Numa fase pré-terminológica, Peirce referiu-se aos três constituintes do signo simplesmente como **signo, coisa significada e cognição produzida na mente** (NÖTH, 1995). Mais tarde, adotou a terminologia, **representamen** para se referir ao primeiro que se relaciona a um segundo e que ele chamou **objeto**. Este último que, a partir da relação com o primeiro, torna-se capaz de determinar um terceiro, **interpretante**:

Um signo ou *representamen* é tudo aquilo que, sob um certo aspecto ou medida, está para alguém em lugar de algo. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo este signo que ele cria o interpretante do primeiro signo. O signo está no lugar de algo, seu objeto. Está no lugar desse objeto, porém, não em todos os seus aspectos, mas apenas com referência a uma espécie de idéia (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 65).

Prates (2003) explica que o signo, nesse universo que vai desde o desenho infantil de uma criança até o mais rigoroso tratado de lógica, é concebido como uma tríade formada pelo *representamen*, que funciona como signo para quem o percebe; pelo *objeto*, este que é referido pelo signo; e pelo *interpretante*, que é, por sua vez, o efeito do signo naquele que o interpreta. Desfazendo algumas confusões, o *interpretante* não pode ser confundido com a pessoa, ser físico, sócio-histórico e biológico, sendo um processo cognitivo de produção/ampliação de signos. Esse processo foi nomeado de semiose.

A semiose é o processo no qual o signo tem um efeito cognitivo sobre o interpretante. Este fenômeno é muito importante para Peirce. Simões (2001) esclarece que tamanha revência se dá porque a semiose, ou produção do significado, é o objeto principal da investigação semiótica. Peirce adaptou o meta-termo semiose do filósofo epicurista Filodemo. Utilizando-se da expressão grega, ele definiu: “[...] *semeiosis* significa a ação de quase qualquer signo, e a minha definição dá o nome de signo a qualquer coisa que assim age” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 66).

Percebemos que a interpretação de um signo é, para Peirce, um processo dinâmico na mente do receptor. Ele introduziu o termo semiose para caracterizar tal processo, referido como a ação do signo. Por isso, para definir a Semiótica peirceana, é preciso dizer que não é bem o signo, mas é a semiose que é seu objeto de estudo. Numa de suas definições, Peirce diz que a “semiótica é a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais de semiose possível” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 66).

Nos moldes da teoria em foco, compreendemos que: i) sem a semiose seria impossível qualquer produção de signo; ii) outrossim, há uma dependência das demais categorias que antecedem a terceiridade, porque o efeito/criação/ressignificação do signo pelo interpretante só é possível pela relação estabelecida entre as demais categorias: *representamen* e objeto. Por esse motivo, Peirce sempre buscou perpassar a ideia de que a semiose é um processo que começa e termina na mente do interpretante. Se bem que este é um exemplo de fenômeno de criação contínua de signos, processo de retomada constante.

Semiose ilimitada

No processo de semiose ocorre a criação de signos e a modificação de outros. Algo como pensar é criar signos ou transformá-los. Temos também neste processo, e isso é muito importante, um olhar para o percurso de significação promovido pelos signos na mente interpretadora. O primeiro nível deste percurso de significação semiótica, onde o embate de signos cria e modifica signos, não deve ser confundido, jamais, com o segundo nível do percurso, em que o impacto causado pelo signo promove no interpretante, ou melhor, na sua mente, a significação. Isto é, uma coisa é combinar signos e, a partir dessa combinação, gerar outros signos, e modificá-los; outra coisa, bastante diferente, é a reação promovida por esses signos na mente do interpretante.

Ampliando a compreensão dessa relação sîgnica, temos que o *representamen* passa a figurar na teoria peirceana como “obje-

to perceptível”, isto é, aquilo que serve como signo para o receptor. Entretanto, “Outros semioticistas têm-se referido a esse correlato do signo com termos distintos, tais como símbolo (Ogden & Richards), veículo do signo (Morris), significante (Saussure) ou expressão (Hjelmslev). Para os estoicos era o *semaínon* do signo” (NÖTH, 1995, p. 66). Este “objeto perceptível” é, segundo Peirce, “o veículo que traz para a mente algo de fora”. É, assim, o signo considerado do ponto de vista “[...] da sua própria natureza material’ ou ‘como é em si mesmo” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 67).

O **objeto**, “segundo correlato do signo, [...] corresponde ao referente, à coisa (*prágma*) ou ao *denotatum* em outros modelos do signo, numa correspondência que é só aproximativa” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 67). Já o **interpretante**, terceiro correlato do signo, Peirce definiu como sendo a significação do signo. Ele ainda se refere como “*significance*, significado, ou interpretação do signo” (PEIRCE *apud* NÖTH, 1995, p. 71). Nöth (1995, p. 71-72) explica ainda que

Peirce deu uma definição pragmática da significação quando definiu o interpretante, como o ‘próprio resultado significante, ou seja, efeito do signo’, podendo também ser ‘algo criado na mente do intérprete’. Em conformidade com sua teoria de que as idéias são signos e com a sua visão da interpretação como processo de semiose, também definiu o interpretante como signo: ‘Um signo dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo o signo assim criado o interpretante do primeiro signo’.

Como enfatiza Nöth (1995), na teoria de Peirce, cada signo cria um interpretante que, por sua vez, é *representamen* de um novo signo. A semiose resulta numa série de interpretantes sucessivos, *ad infinitum*. Não há nem um primeiro nem um último signo neste processo de semiose ilimitada. Todavia, a ideia de semiose infinita não implica num círculo vicioso, do contrário, refere-se à ideia de que pensar sempre procede na forma de um diálogo – um diálogo entre várias fases do ego. Jung tinha um pensamento semelhante. Dessa maneira, sendo dialógico, a semiose compõe-se essencialmente de signos. Em síntese, Peirce (*apud* NÖTH, 1995) explicava que, como cada pensamento tem de dirigir-se a um outro, o processo contínuo de semiose (ou pensamento) só pode ser interrompido, mas nunca realmente finalizado.

Como observamos, a semiose é o processo de geração/criação de signos. Neste processo, um signo pode se fundir a outro, aglutinar-se para gerar um novo signo, para criar uma espécie nova de signo, e de sentido. Todavia, este outro signo gerado/criado, ou melhor, modificado, a partir de um primeiro, jamais será o mesmo. Um signo modificado é um novo signo. A mulher da Idade Média é um exemplo. Ela vivia sob a restrição de alguns atos, permitidos unicamente aos homens. Seria, então, a ideia medieval de mulher uma representação válida para a sociedade atual? Claro que não. A mudança promovida com a evolução dos tempos lhe assegura, ao menos, direitos que nem de longe àquela imaginava alcançar. O signo “mulher” continua a existir, mas seria, no mínimo, insensível não reconhecer seu papel na contemporaneidade. Precisamos reconhecer essa mudança só-

cio-histórica e cultural, representada na linguagem mediante um processo de semiose que permitiu alterar o signo “mulher”, endossando outro significado, mas justo, ético e complacente com a nova forma-signo de pensar a sociedade atual.

Outros olhares à tríade semiótica

Sintaxe, semântica e pragmática

Assim como Peirce, Morris ocupou-se em descrever o estudo dos signos em três pontos de vista: com o próprio signo, o objeto e o interpretante; ou, como preferia, o sintático, o semântico e o pragmático. Segundo Lopes (1977), essa tríade idealizada por Morris se dava da seguinte forma: o **sintático** são as relações que um signo mantém com os demais signos que pertencem a um mesmo enunciado; o **semântico** é a relação de um signo enquanto veículo de informação; e o **pragmático** é a relação de um signo entre o remetente e o destinatário.

Pinto (2001, p. 52) explica que ao travar contato com o círculo de filósofos de Viena, Morris soube da proposta de Carnap de dividir as investigações sobre linguagem em três campos/categorias: “[...] a Sintaxe, que trataria da relação lógica entre as expressões; a Semântica, que trataria da relação entre expressões e seus significados; e a Pragmática, que estaria responsável por tratar da relação entre expressões e seus locutores e locutoras”. Ela remete essa tripartição aos pontos, que ela chama de cruciais, da significação peirciana: “[...] o signo propriamente, em Carnap,

destacado pela idéia de que uma área, a Sintaxe, poderia tratá-lo; o significado, ou a que remete o signo, tratado na Semântica; e a pessoa que interpreta o signo, tratado, de acordo com Carnap, pela Pragmática”.

Para a autora, se analisarmos as relações entre expressões, abstraindo as entidades designadas e os usuários, faremos sintaxe. Já se abstrairmos as relações entre as expressões e os usuários, e nos interessarmos apenas pelas entidades designadas, faremos semântica. Finalmente, se nos voltarmos para os usos que o falante faz das expressões, sem levar em conta as entidades designadas ou as relações entre expressões, faremos pragmática.

Guiraud (1986) tinha uma visão semelhante. Para ele, o processo semiótico, a *semiosis* (aquilo que chamava de significação), implica três fatores: os locutores, a coisa significada e o signo. Ele enxergava nessa relação uma gramaticalização científica que permitia compreender o funcionamento da linguagem. E isso se dava a partir da seguinte divisão/ordem/relação: a Pragmática, da qual participam todos os estudos referentes aos locutores; a Semântica, que estuda as relações entre o signo e a coisa significada (*designatum*) sem referência aos locutores; e a Sintaxe, ou estudo das relações formais entre os signos, independentemente das coisas que eles exprimem e dos locutores que os empregam.

Gramática pura, lógica propriamente dita e retórica pura

Utilizando outros termos para designar o olhar triádico para o signo, Santaella (1996) explica que Semiótica se divide em três ra-

mos: **Gramática Pura**, o que deve ter o signo para que possa incorporar qualquer significado; **Lógica Propriamente Dita**, a ciência formal das condições de verdade das representações; e **Retórica Pura**, condições através das quais um signo permite o nascimento de outro e, especialmente, um pensamento provoca outro.

Nessa visão, conclui-se que a Gramática Pura seria a parte da Semiótica que se responsabilizaria pela forma do signo, a representação gráfica de uma ideia, o significante nos moldes saussuriano. À Lógica Propriamente Dita, caberia cuidar do sentido deste signo, o significado contido na forma representada, no significante. Já a Retórica Pura, dar-se-ia ao trabalho de analisar como se sustenta essa relação entre a forma e o conteúdo do signo no plano social. Cabe a última, por sua cobertura, a observação, a análise e a efetivação das duas primeiras dentro da cultura humana.

Descrição, narração e dissertação

Santaella (1996) explica que as categorias da semiótica de Peirce (primeiridade, secundidade, terceiridade) são, na verdade, categorias do conhecimento, isto é, modos de apreensão dos fenômenos na consciência, ou as três espécies de elementos que a percepção atenta pode decifrar no fenômeno, e/ou ainda, uma tábua de concepções extraídas da análise lógica, aplicáveis ao ser. Diante disso, a autora sugere um olhar para uma outra possível tríade semiótica, que partiria da área responsável pelo tratamento do texto. Poderia, assim, existir alguma relação entre

descrição, narração e dissertação, frente ao postulado pelas três categorias peirceanas anteriormente mencionadas.

Isso se justifica, explica Santaella (1996, p. 191), porque a linguagem descritiva representa uma tentativa de se traduzir, através do verbal, o mundo das qualidades aparentes das coisas. Representa, portanto, a pretensão de se transcrever aquilo que é primeiro, apreensão positiva e simples das qualidades. Essa linguagem “tende a se aproximar do primeiro modo de apresentação dos objetos na consciência”. Isto é, tende a registrar pelo e no verbal esse primeiro modo de apreensão. Já as características da narrativa parecem bastante semelhantes à segunda categoria de Peirce. Ela seria um modo de organização da linguagem que tende a registrar através do convencional, do signo linguístico, esse universo narrativo. A partir dos fatos existenciais, da dualidade agente-paciente, do esforço/resistência, isto é, “do agir sobre objetos externos e sobre o próprio eu” (SANTAELLA, 1996, p. 192).

A relação entre a terceira categoria e a dissertação tornar-se evidente quando se procura detidamente examinar em que consiste a dissertação. A autora explica que “quando falamos em dissertação estamos falando em conceituações, estabelecimento de leis gerais, formulações abstratas. Em suma, estamos no hábitat do intelecto” (SANTAELLA, 1996, p. 193). São operações da mente que se traduzem em leis e tipos gerais, ou seja, em conceitos, as ocorrências que se repetem e que se tornam hábito.

Uma semiose *ad infinitum*: palavras finais

A humanidade foi gerada a partir de um processo de semiose sócio-histórico e cultural amplo e articula uma tríade composta por sentimentos, sensações e cognição, o que não é simples, pois dota o homem do poder de significar/simbolizar. Como foi problematizado no início do texto, apesar de alguns cristãos não aceitarem a divisão de Deus em três partes, como nos moldes da Santíssima Trindade, para a Semiótica, essa divisão é categorial e resultante de um processo de semiose *ad infinitum*. Aliás, esse processo semiótico triádico é uma forma de organização dos estudos do signo. Santaella (1996) explica que, para Peirce, o signo nunca esteve numa relação triádica simples, mas num complexo de relações triádicas que só entranhando essas relações se torna possível captar a dinâmica radicalmente dialética entre o signo e a mente interpretadora. E que ao mesmo tempo em que o signo é um mediador entre o homem e o mundo, o homem é, também, um mediador entre um signo e outro signo.

Nesta medida, o que na verdade chamamos consciência, comparece como um locativo, lugar onde se opera a passagem que leva à mudança de um signo. Peirce sempre declarava que a consciência não é o homem, mas que ela está no homem. Ter consciência da pluralidade de significações possíveis de um signo numa época e/ou ao longo do tempo é fundamental para elucidar problemas como o descrito anteriormente, em que uma expressão/ideia (= signo) torna-se fundamento doutrinário de ideolo-

gia religiosa que separa dois grupos e dois pensamentos: politeístas x monoteístas. No centro desta divisão há um processo de semiose ilimitada de significação complexa que confronta os signos “Deus” e “Santíssima Trindade”. Seria salutar buscar uma compreensão para o fenômeno em foco a partir do entendimento de que “O homem só conhece o mundo porque de alguma forma o representa e só interpreta essa representação numa outra representação [...]. Para conhecer e se conhecer o homem se faz signo e só interpreta esses signos traduzindo-os em outros signos” (SANTAELLA, 1996, p. 30).

Referências

- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- NÖTH, Winfried. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica e Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

PRATES, Eufrasio. *Semiótica*. [S. l.], 2002.

RODRIGUES, J. Resina. *Peirce (Charles Sanders)*, in *logos-Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa: V4, Editorial Verbo, 1992.

SANTAELLA, Lúcia. *Produção de linguagem e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTANA, Silvio de. Reflexões sobre lingüística, comunicação e Semântica. In: AZEVEDO, José Carlos de (Org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.

SIMÕES, Darcilia. Semiótica na comunicação lingüística: um instrumental indispensável. In: AZEVEDO, José Carlos de. (Org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Recebido em 16/02/2020.

Aceito em 24/02/2021.

Licenciado por

